

DIREITO DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Licenciatura em Gestão Pública

Licenciatura em Gestão Pública (Regime Ensino Distância)

Código: 11117

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Empresariais

Docente: Maria da Conceição Soares Alves

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 108h

ECTS: 6,0

Objetivos

- Definir o âmbito e o objeto do Direito do Trabalho em Funções Públicas
- Conhecer e saber caracterizar as diferentes modalidades de vínculo e prestação de trabalho para o exercício de funções públicas e requisitos das partes para a constituição do vínculo;
- Caracterizar o conteúdo do contrato de trabalho em funções públicas e dominar o período experimental e as especificidades que cada modalidade de vínculo envolve;
- Conhecer os diferentes direitos e deveres das partes do vínculo de emprego público;
- Explicar e caracterizar as carreiras dos trabalhadores em funções públicas;
- Dominar os regimes de duração do contrato e diferentes modalidades de horário de trabalho;
- Determinar qualitativa e quantitativamente a retribuição e outras prestações patrimoniais;
- Conhecer e saber aplicar corretamente, o regime das férias e faltas dos trabalhadores em funções públicas;
- Identificar e compreender o regime jurídico das diferentes formas de cessação do contrato de trabalho.

Resultados da Aprendizagem

Pretende-se que os alunos, no final da Unidade Curricular:

1. Dominem os princípios gerais de direito do trabalho em funções públicas;
2. Conheçam, compreendam e saibam aplicar os mais relevantes regimes previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, no que se refere às diferentes modalidades de contratação; organização do tempo de trabalho; retribuição; férias; faltas e vicissitudes contratuais, e ainda as diversas formas de cessação do contrato de trabalho em Funções Públicas;
3. Fique capacitado a aconselhar e saber resolver questões práticas no domínio da aplicação do Direito do Trabalho

em Funções Públicas.

Conteúdos Programáticos

1. Modalidades de vínculo e prestação de trabalho para o exercício de funções públicas
2. Requisitos para a constituição do vínculo de emprego público
3. Garantias de imparcialidade
4. Formação do vínculo de emprego público
5. Formas e modalidades do contrato de trabalho em funções públicas, período experimental e invalidades
Invalidade do vínculo de emprego público
6. Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público
7. Poderes do empregador público
8. Acordos de limitação da liberdade de trabalho
9. Atividade, local de trabalho e carreiras
10. Tempo e horário de trabalho
11. Direito a férias
12. Regime das faltas ao trabalho
13. Remuneração
14. Exercício do poder disciplinar e sanções disciplinares
15. Licenças
16. Formas de extinção do vínculo

Bibliografia Recomendada

1. Legislação da Função Pública Anotada -Fernando Gonçalves,Manuel João Alves,Vitor Manuel Freitas Vieira,Rui Miguel Gonçalves, Almedina,
2. Comentários à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Paulo Veiga e Moura, Almedina;
3. O CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS FACE À LEI GERAL DO TRABALHO - Cláudia Sofia Henriques Nunes, Coimbra Editora, Outubro 2014.
4. TEIXEIRA, Mariana Rufino, CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, Verlag Dashofer, 2009

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Através dos pontos 1. a 6. dos conteúdos programáticos, os alunos ficarão habilitados a identificarem, caracterizarem e distinguirem as diferentes modalidades do vínculo em funções públicas, bem como as diferentes formas de contrato; duração do período experimental e consequências da inobservância das regras legais previstas para a formação do vínculo; os alunos ficarão ainda aptos a identificarem os requisitos que as partes (empregador e trabalhador) devem reunir para a constituição do vínculo de emprego público.

Por sua vez, e no que tange ao ponto 6. dos conteúdos programáticos, os alunos dominarão os direitos e garantias e deveres que a lei confere a cada uma das partes no vínculo de emprego público.

O domínio pelos alunos da esfera de atuação do empregador público, em matéria de poder de direção, será alcançada pelo ponto 7. dos conteúdos programáticos, sendo que, o ponto 8. dos conteúdos programáticos, permitirá dotar os alunos dos necessários conhecimentos em matéria de acordos de limitação da liberdade de trabalho.

Os pontos 9. e 10. dos conteúdos programáticos possibilitarão aos alunos compreenderem o conteúdo da atividade dos trabalhadores em funções públicas, bem como caracterizar o local de trabalho daqueles e ainda o regime das respetivas carreiras gerais e especiais.

Já quanto ao tema do tempo de trabalho e intervalo de descanso, bem como a definição e modalidade do horário de trabalho do trabalhador em funções públicas, serão alcançados pelos alunos através do ponto 10. dos conteúdos programáticos.

Com o estudo do ponto 11. e 12., os alunos ficarão capacitados a aplicarem na prática o regime do direito a férias, em particular no que tange aos casos especiais deste direito - ano de admissão; ano de suspensão do contrato e ano da cessação do vínculo, bem como a dominarem a diferente tipologia das faltas e seus efeitos.

Com o estudo da matéria constante do ponto 13. dos conteúdos programáticos, os alunos ficarão habilitados a conhecer o regime da remuneração dos trabalhadores em funções públicas e suas componentes e através do ponto 14. os alunos ficarão aptos a conhecerem a abrangência e limites ao poder disciplinar do empregador público, bem

como a conhecerem as diferentes sanções disciplinares podem ser aplicadas.

No que respeita ao ponto 15. e 16. dos conteúdos programáticos, os mesmos serão alcançados através da análise pormenorizada do regime das licenças sem remuneração - diferentes tipos e efeitos, sendo que no que respeita ao ponto 16., ficarão os alunos habilitados a conhecerem e caracterizarem as diferentes modalidades de cessação do vínculo - caducidade; acordo; extinção por motivos disciplinares; extinção pelo trabalhador com aviso prévio; extinção pelo trabalhador com justa causa - estando aptos a identificarem os procedimentos exigíveis para operar a extinção do vínculo em cada uma destas formas de extinção do mesmo.

Métodos de Avaliação

Realização de dois testes de avaliação com a ponderação de 50% cada um a realizar em datas a divulgar oportunamente.

A nota mínima para que o aluno se possa manter em avaliação contínua é de 8 valores.

Para aprovação os alunos deverão obter a nota mínima de 9,5 valores.

Os alunos de Erasmus deverão realizar um trabalho escrito subordinado à análise do regime legal no seu país de origem em torno de uma das matérias objeto de estudo nesta Unidade Curricular. A data limite para a entrega dos trabalhos será divulgada oportunamente.